**Diário da Sessão n.º 107 de 13/05/04**

**Presidente:** Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

*(Eram 12 horas e 10 minutos)*

Passamos ao segundo ponto da nossa Agenda da Reunião, **Proposta de Resolução – "Defesa da qualidade e proximidade na prestação dos serviços disponibilizados pela EDA, Lotaçor e Serviços da Segurança Social",** apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) **Deputado Cláudio Lopes** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Resolução, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, assenta nos mesmos pressupostos e fundamentalmente nos mesmos princípios da Proposta de Resolução que, na sessão plenária de Abril, este mesmo Grupo Parlamentar aqui apresentou, relativamente ao encerramento de algumas estações do correios da tutela dos CTT e, portanto, do Governo da República.

Um dos princípios de actuação por parte deste Grupo Parlamentar é o da similitude, reclamando quer do Governo da República, quer do Governo Regional, quer ainda de qualquer outra entidade ou organismo com responsabilidades em prestar serviço público aos açorianos, que continuem a prestar com a mesma qualidade e com o mesmo grau de proximidade, como até agora o faziam, melhorando essa prestação tanto quanto seja possível.

É com este sentido de responsabilidade que o fazemos, porque o nosso dever e a nossa obrigação, como eleitos e representantes legítimos das populações dos Açores, é defender e zelar pelos seus interesses e pela sua qualidade de vida e de bem-estar social.

Neste caso concreto a nossa Proposta de Resolução vai no sentido da defesa da qualidade e proximidade na prestação dos serviços disponibilizados pela EDA, pela Lotaçor e pelos Serviços de Segurança Social, criados para servir melhor as populações açorianas.

Não defendemos de forma cega que tudo o que foi feito está bem feito, pelo contrário associamo-nos e damos o nosso aval a tudo o que seja feita em prol da eficácia e da eficiência.

No entanto, convém sublinhar que estes serviços descentralizados foram criados para servir melhor e sobretudo com maior equidade todos os açorianos, independentemente de estarem mais perto ou mais afastados dos grandes centros.

Não terão sido certamente criados, porque faltavam na época ideias aos governantes ou responsáveis das empresas públicas em referência para melhor utilizar os recursos humanos e financeiros em acções mais úteis. Foram certamente criados, porque se revelavam importantes e essenciais.

Por isso é nossa obrigação hoje apelar ao bom senso de quem governa e decide sobre a prestação do serviço público na Região, que use de prudência e sentido racional na reorganização, estrutural desses mesmos serviços, para que tal não se faça em prejuízo dos interesses das populações açorianas.

É por isso que repito aqui aquilo que referi quando o Grupo Parlamentar do PSD apresentou no mês de Abril a Proposta de Resolução sobre os CTT:

"Disponibilizar certos serviços aos açorianos, em particular em algumas ilhas, é assumir custos nem sempre compatíveis com a viabilidade económico-financeira, isto se quisermos respeitar a livre e expressa vontade de muitos açorianos viverem nas suas terras de origem.

E não é sem preocupação que temos assistido nos últimos tempos por parte de alguns organismos públicos e departamentos governamentais a uma gestão mais tecnocrática e economicista do que baseada numa visão de política social e sobretudo de justiça social, feita para nove ilhas, ainda com muitas desigualdades".

**Deputados Mark Marques e Manuel Arruda** *(PSD): Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Campos.

(*) **Deputado Manuel Campos** *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos interessante esta Proposta de Resolução, tem pormenores que nos induzem à reflexão e que nos levam a questioná-los.

Nomeadamente no que respeita às lotas, sabe-se que, é do conhecimento público, há uma preocupação de melhorar a qualidade e a prestação dos serviços.

A Lotaçor mantém, preserva e assegura toda a recolha do peixe a nível da Região e em todos os Concelhos, havendo apenas uma alteração na estrutura de funcionamento preservando esse lado mais importante.

Não podemos deixar de estranhar que haja esta espontânea preocupação da parte do PSD relativamente à prestação de serviços, quando há muito anos – repito, há muitos anos – há um Concelho em S. Miguel que não tem lota, o Concelho do Nordeste, e nunca me apercebi, pelo menos, que o PSD

manifestasse alguma preocupação relativamente a essa prestação de serviços.

Portanto, não entendemos que surja essa preocupação agora, quando, nalguns casos, há muitos anos que não existem lotas.

Ouvi atentamente a intervenção do Deputado Cláudio Lopes e é interessante referir aqui o caso concreto da ilha do Pico.

Nós temos neste momento na ilha do Pico, e concretamente em S. Roque, o primeiro projecto a funcionar relativamente ao apoio às pescas, à conservação e até ao fornecimento de gelo. Melhorou qualitativamente a prestação de serviços da parte da Lotaçor.

Estive atento à sua intervenção, como disse, e não me parece que tenha feito alguma referência a este pormenor que é relativamente recente, é de Outubro do ano passado, e que confirma efectivamente a qualidade de serviços, que não só se mantém, como há uma constante preocupação de os melhorar e melhorá-los passa também, como acabei de dizer, por uma questão que nos parece essencial que é o fornecimento de meios de conservação do pescado, para valorizar o seu preço.

As lotas mantêm-se e há agora um sistema de recolha que garante, com vantagens económicas para os pescadores, a comercialização do pescado em primeiro venda. Isso é uma constatação que qualquer um de nós pode fazer.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

(*) **Deputado Paulo Valadão** *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente esta Proposta de Resolução, apresentada pelo PSD, porque entendemos que, neste momento, ela vem chamar a atenção para uma matéria que é importante para muitos daqueles que, nos

lugares mais recônditos da Região Autónoma dos Açores, necessitam de utilizar determinados serviços públicos, concretamente aqueles que estão aqui apontados: a EDA, a Lotaçor e os Serviços da Segurança Social.

Cada vez mais se fala na necessidade de descentralização da Administração.

Cada vez mais se fala que os cidadãos têm que estar mais próximos da Administração.

Todos nós hoje sabemos que a possibilidade que é dada no relacionamento entre o cidadão e a Administração, vai ao ponto de se poder pagar os impostos comodamente sentados num gabinete com um computador à frente ligado à internete.

No entanto, neste momento, nesta Região há uma preocupação que nós consideramos justa e que é contemplada nesta proposta, que é o facto de cada vez mais se começar a anunciar que determinados serviços que desde há muito tempo estiveram ao serviço dos mais humildes, daqueles que mais necessidades têm, daqueles que menos mobilidade têm e que gradualmente começa-se a anunciar que lhes vão ser retirados, nós não podemos concordar com isso, porque esses serviços continuam a servir, continuam a ser necessários, continuam a ser importantes.

Quando nos dizem que determinado sector da nossa população mais idosa que recebe as suas pensões nos serviços externos da segurança social, onde em muitas ilhas ainda se chama Casa do Povo, que amanhã vão ter de ir à sede do concelho ou aos serviços centrais para receberem esses dinheiros, …

**Deputado Manuel Campos** *(PS):* Não é nada disso.

**O Orador:** … a nós confrange-nos, a nós preocupa-nos.

Quando em determinadas ilhas existiam serviços da EDA que permitiam ao utente ir pagar a sua energia eléctrica, pessoas que nem conta bancária têm, pessoas que não lidam com transferências bancárias e que agora lhes dão como solução a transferência bancária, que eles nem sabem do que é que se trata, porque já têm 60, 70 ou 80 anos e nunca a utilizaram, a nós isso dá-nos grandes preocupações.

Quando em determinadas ilhas se começa a anunciar e nalgumas já se concretizou o fecho de determinadas lotas, com preocupações graves para determinados sectores de pescadores …

**Deputado Manuel Campos** *(PS)* Diga onde, Sr. Deputado?

**O Orador:** Digo claramente. Na ilha das Flores foi anunciado o encerramento da lota das Lajes das Flores. A Lotaçor já recuou, mas se essa decisão tivesse sido levada até ao fim prejudicava nitidamente os pescadores.

**Deputado Hernâni Jorge** *(PS):* A lota está fechada?

**O Orador:** Mais:

Se isso acontecesse levaria a que o preço do peixe na ilha das Flores diminuísse e levaria a que determinados compradores de peixe pura e simplesmente deixassem de comprar peixe na ilha da Flores e, portanto, são problemas efectivamente graves.

**Deputado Manuel Campos** *(PS).* Está a inventar, Sr. Deputado, isso é invenção!

**O Orador:** Mais:

Quando se fez determinadas melhorias em relação a esta lota das Flores não se atendeu ao facto de no Entreposto, da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, existir e funcionar uma lota e ninguém se preocupou em que aquelas instalações deviam ter as condições que uma lota deve ter.

Isto apenas para citar um caso concreto, porque foi perguntado pelo Sr. Deputado do Partido Socialista.

Este estado de coisas preocupa-nos e pensamos que a administração tem que continuar junto dos cidadãos e tem que ter um relacionamento cada vez mais íntimo com os cidadãos. Isto só se consegue mantendo determinados serviços, que foram e continuam ainda a ser hoje essenciais.

**Deputado José Decq Mota** *(PCP): Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso** *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta matéria a Comissão de Economia procedeu à audição dos responsáveis por cada um dos serviços mencionados e relativamente aos Serviços de Segurança Social a Comissão recebeu a informação de que, de facto, aconteceram condicionantes que implicam a diminuição dos dias de atendimento nas freguesias, condicionantes essas que são o facto de ter havido uma drástica diminuição do número de funcionários da Segurança Social, por razões, na sua maioria, de aposentação e um aumento significativo do número de tarefas desempenhadas pelos funcionários nos centros concelhios, com origem sobretudo no processamento do complemento de pensão, bem como na reapreciação que é necessária fazer de todos os processos do anterior Rendimento Mínimo Garantido, actual Rendimento Social de Inserção.

Ocorre também um grande aumento do recurso à transferência bancária para proceder ao pagamento das contribuições e prestações e uma diminuição do número idosos a receber pensões através do serviço de freguesia.

Neste momento, de facto, é um serviço residual e na maior parte acontece por transferência bancária ou vale.

Contudo, e apesar da necessidade de racionalização e reorganização dos recursos humanos, foi assegurada a garantia da permanência do serviço de freguesia e, por outro lado, que entre os dias 10 e 15 de cada mês, altura do pagamento das pensões, o atendimento será a tempo inteiro, na manhã ou tarde, conforme o número de idosos a receber ainda pensão directamente no serviço de freguesia.

Relativamente à EDA, a Comissão procedeu também à audição do Sr. Secretário Regional da Economia, bem como do Director Comercial dos Serviços da EDA e foi afirmada a manutenção dos serviços de atendimento da EDA nos diferentes Concelhos da Região Autónoma, revestindo-se, contudo, uma alteração que tem a ver com a forma de atendimento ocorrida em S. Roque e na Calheta, tendo sido precedida de informação e consulta às entidades representativas da população desses locais.

No sentido de avaliar essa alteração na forma de atendimento, foi elaborado um inquérito em S. Roque, do qual se pode retirar as seguintes conclusões:

Em primeiro lugar, pela melhoria da qualidade dos serviços e em segundo lugar, pela apreciação positiva, face aos diferentes aspectos de relacionamento com a mesma, de tal forma que as conclusões do inquérito são as seguintes:

- 94,8% dos clientes avaliam como bom ou muito bom o tratamento do assunto que expôs ao funcionário, ou seja, em qualidade de serviço;
- 98,2% dos inquiridos classificam o tempo de espera do atendimento como muito rápido ou rápido;
- 93% dos inquiridos consideram como muito vantajoso ou vantajoso o novo serviço, nomeadamente do horário de atendimento.

Desta forma e pelo exposto, entendemos que não faz sentido votar favoravelmente a presente Proposta de Resolução, uma vez que se mantém a proximidade no atendimento às populações, que é uma das premissas destas Proposta de Resolução, quer em termos da EDA, quer em termos da Segurança Social, quer em termos da Lotaçor em que se racionaliza os recursos e melhora a qualidade do serviço prestado num e noutro caso.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) **Deputado Alvarino Pinheiro** *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS/PP gostaria apenas de declarar o seu apoio e o seu voto favorável a esta Proposta de Resolução.

Aliás, se tivermos em conta alguns dos aspectos acabados de referir pela Sra. Deputada que me antecedeu, julgamos que não há grande contradição entre aquilo que ela refere e aquilo que esta Proposta de Resolução pretende salvaguardar.

Nós compreendemos a preocupação que está subjacente ao autor da proposta, aliás, à semelhança do que aconteceu ainda não há muito tempo, quando esta Assembleia apreciou uma matéria algo paralela que teve a ver com a questão da cobertura dos serviços dos CTT na nossa Região.

Porque não podemos ignorar, e temos consciência disso, há que respeitar e incentivar um processo natural de preocupações em matéria de gestão, rentabilidade e uma apreciação permanente por parte das empresas e dos serviços que são prestados.

É inegável que, na óptica da boa gestão e da racionalização na prestações dos serviços, entramos facilmente, numa região com as características da nossa, em zonas de rotura ou de contradição, ou seja, a partir de determinada altura coloca-se a questão da componente social de alguns dos

serviços que reconhecemos que devem estar acessíveis e próximos das populações e dos utentes.

Portanto, parece-nos que aqui também é uma questão de bom senso.

Nós compreendemos as preocupações que estão subjacentes à Proposta de Resolução. Na óptica do Partido Popular, ela reúne condições.

Como tomada de posição política para ter a nossa aprovação, entendíamos que não viria nenhum mal ao mundo se esta Assembleia Legislativa Regional desse esse tom político, porque acho que todos subscrevemos as preocupações que aqui estão.

É óbvio que, na óptica de quem dirige – e o exemplo da segurança social é um exemplo típico – poderá ser possível manter o princípio da satisfação e da proximidade do serviço com a racionalidade, que também é indispensável ao funcionamento dos mesmos, porque aquilo que pode ser feito em seis horas ou em quatro, não deve ser feito em oito. Isto são regras básicas e elementares.

Na nossa interpretação, a iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD efectivamente o que pretende salvaguardar é que esses serviços, de facto, se mantenham acessíveis e com as características que aqui são apresentadas e nesse sentido tem todo o nosso apoio.

O que queremos deixar muito claro é que isto não é incompatível, sob o nosso ponto de vista, com uma lógica de boa gestão e com a lógica de racionalização até ao limite em que o social se deve sobrepor ao económico e acho que o que se quer acautelar aqui é que haja um limite para o económico, a partir do qual vem ao de cima o social e temos que ter em conta, como foi dito ainda há pouco pelo Deputado Paulo Valadão, as características de pequenez e de afastamento de muitas comunidades que, numa óptica meramente económica, seriam excluídas.

Portanto, o mesmo raciocínio que utilizámos aqui em relação aos CTT, tem que ser utilizado em relação às outras empresas, quer tenha o centro de decisão em Lisboa, quer em Ponta Delgada, na Terceira ou no Faial se algum existir, mas julgo que não existe, nem jamais existirá com este Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Pescas** *(Vasco Cordeiro):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à Proposta de Resolução apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD e em especial naquilo que diz respeito à Lotaçor, eu entendo ser necessário clarificar alguns aspectos que constam dos considerandos desta Proposta de Resolução, nomeadamente quando se refere que a Lotaçor tem vindo a optar pelo encerramento de várias lotas em muitas localidades dos Açores.

Gostaria de introduzir um dado no sentido de alertar que aquilo que se tem passado é a transformação de lotas em posto de recolha de pescado, em algumas localidades dos Açores, o que é diferente, pelo menos, daquilo que o teor da Proposta de Resolução poderia dar a entender. O que tem sido feito é transformar lotas em postos de recolha de pescado.

Quero clarificar também que aquilo que a Lotaçor faz, aliás, a própria Proposta de Resolução chama a atenção para isso, é prestar um serviço de 1ª venda de pescado em lota, que é substancialmente diferente de se referir que afecta de uma forma directa e imediata os consumidores de pescado.

Portanto, gostava clarificar estes dois aspectos à laia de enquadramento da Proposta de Resolução.

Por outro lado, gostava também de referir à Câmara aquilo que está a ser feito pela Lotaçor.

Aquilo que está a ser feito pela Lotaçor é, dentro dum processo de reestruturação, agilizar a empresa, não esquecendo nunca aqueles que são os seus objectivos e o seu critério principal.

Este processo passa por essa transformação que referi e tem sido feito em diálogo com aquelas que são as entidades mais directamente relacionadas com esta actividade, nomeadamente com as Associações de Pescadores, tentando concertar as melhores formas de dar resposta às necessidades da empresa, salvaguardando também os interesses dos profissionais da pesca.

Prova disso, se provas fossem necessárias, é aquilo que acabou de referir o Sr. Deputado Paulo Valadão, nomeadamente naquilo que diz respeito à lota das Lajes das Flores, que inicialmente estava previsto o seu encerramento, mas chegou-se à conclusão de que não seria benéfico, num quadro global desta situação, proceder ao seu encerramento e por isso essa lota mantém-se.

Gostaria ainda de fazer um ponto de situação sobre aquilo que se está a passar neste momento.

Tem havido neste processo de transformação de lotas em posto de recolha um trabalho de parceria muito próximo e muito chegado com as associações representativas dos pescadores.

O trabalho merece uma apreciação francamente positiva da parte do Governo Regional.

Queria aproveitar esta oportunidade para deixar uma palavra de apreço em relação ao trabalho que tem sido desenvolvido pelas associações de pescadores no que diz respeito à recolha de pescado e este trabalho está a correr bem. Isto não quer dizer que esteja sem qualquer tipo de mácula,

mas é um trabalho de parceria e conjunto, no qual a Administração Regional, através da Lotaçor, se envolveu e faz uma apreciação positiva.

Por último gostaria de referir aquilo que seriam as consequências da aprovação desta Proposta de Resolução, no que diz respeito à Lotaçor, à semelhança daquilo que fiz na Comissão Parlamentar de Economia.

Recomendar ao Governo a criação duma lota por concelho não está devidamente justificada, porque não conta com aquela que é a realidade actual, não faz qualquer tipo de consideração sobre qual o impacto, qual a necessidade, quais os objectivos que justificam uma medida tão genérica como uma lota por concelho.

As consequências desta Proposta de Resolução, a ser aprovada, traduzir-se-iam numa maior dispersão do pescado por locais de venda com consequente diminuição da competitividade e natural redução do preço médio do peixe. Primeira consequência.

Segunda consequência, dificuldade de venda de pescado por aumento, na dificuldade dos compradores que teriam que se dispersar por maior número de lotas.

Terceira consequência, uma diminuição da capacidade de exportação de peixe fresco que ultimamente tem vindo a sofrer um incremento significativo graças, especialmente, à concentração de pescado.

Quarta consequência, um risco do aumento de fuga à lota.

Quinta consequência, a diminuição do rendimento dos pescadores.

Sexta consequência, uma dificuldade acrescida no cumprimento dos regulamentos comunitários e das regras higio-sanitárias estabelecidas para as lotas e, por último, uma também maior despesa para a Lotaçor e consequentemente uma maior despesa para a Região.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia** *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que esta Proposta de Resolução, de origem do PSD, tem algo de curioso.

O serviço da EDA não foi extinto em nenhum concelho. Foram apenas substituídas as lojas próprias por lojas "franchizadas" em dois concelhos e em 2002. Os horários foram alargados e passou a haver serviço ao sábado.

Ou seja, em 2004, quando se discute os CTT, os senhores do PSD lembram-se do que ocorreu em 2002.

Como este assunto merece um tratamento técnico, eu pedi à EDA para explicar exactamente isso.

A EDA não procedeu ao encerramento das lojas, mas sim à substituição das suas lojas próprias por lojas "franchizadas" denominadas "centros de energia", e esta operação ocorreu em 2002, nos Concelhos da Calheta de S. Jorge e S. Roque do Pico.

A estratégia de substituição das lojas próprias por lojas "franchizadas" teve por base a melhoria dos níveis de qualidade de serviço.

A nova solução garante aos clientes a permanência da totalidade dos serviços prestados, cobranças, contratação e alterações contratuais, reclamações, esclarecimentos diversos, bem como o alargamento do horário de atendimento e dos dias de abertura ao público, incluindo o sábado.

Considerando que cerca de 80% dos clientes se deslocam às lojas para pagamento das facturas de energia eléctrica, complementarmente foi alargada a rede de agentes autorizados de cobrança da EDA, passando de 8

em 2002 para 22 em 2004, quer nos concelhos referidos, quer em todos os outros concelhos da Região.

Com a estratégia seguida, a EDA, SA conseguiu aumentar significativamente o grau de aproximação aos seus clientes, melhorando os níveis de qualidade dos serviços prestados e reduzindo os custos de exploração no seguimento de exigências da entidade reguladora do sistema eléctrico.

O inquérito de avaliação da qualidade dos serviços prestados, realizado no Concelho de S. Roque do Pico, demonstra claramente que os clientes foram beneficiados com as mudanças operadas e que valorizam os factores de valor acrescentado resultantes da solução "centros de energia".

A EDA não só continua a garantir a manutenção dos serviços de atendimento e cobrança em todos os concelhos como reforçou a proximidade aos seus clientes, alargando os pontos de contacto e os horários de funcionamento.

Esta é que é a verdade.

Muito obrigado.

**O Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** *(Francisco Coelho):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas de Governo:

Também para, na sequência desta Proposta de Resolução, esclarecer o que é que se tem passado ao nível dos Serviços Descentralizados de Segurança Social.

Como já foi aqui referido, inclusive pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, o que se trata aqui é de fazer um correcto e justo balanceamento entre a eliminação do desperdício e a racionalização e o melhor aproveitamento

dos recursos públicos, a começar pelos funcionários, como também o respeito pela nossa realidade, pela nossa descontinuidade geográfica e por algumas camadas da população que, por razões várias, necessitam ainda de um atendimento personalizado e têm mais dificuldade em lidar com outras formas que hoje também têm acesso aos Serviços de Segurança Social.

Nós pensamos que ao nível dos Serviços de Segurança Social temos feito esse balanceamento duma forma correcta, ou seja, mantém-se a política e a filosofia da descentralização dos Serviços de Segurança Social com a criação dos postos que continuam a ser fundamentais para o atendimento das pessoas mais idosas, das pessoas que ainda recorrem presencialmente a esses serviços, mas não há dúvida que, em termos quantitativos, essa afluência diminuiu consideravelmente, por razões que todos nós sabemos, face às novas formas de pagamento por transferência bancária, face às novas formas de entrega das próprias declarações de desconto, por disquete, pela internet e essa diminuição sensível leva também a que quantitativamente se justifique uma diminuição dos dias de funcionamento desses serviços, embora continuem, com horários pré-estabelecidos, a funcionar e a atender as camadas da populações que a eles recorrem.

Estas novas formas, bem explicadas às pessoas, também lhes trazem vantagens, que também são importantes, de segurança, de rapidez e até, se for possível conciliar tudo, de custos para o próprio sistema e a prova disso é que em S. Miguel, por exemplo, os beneficiários do Rendimento Social se Inserção recebem por transferência bancária, habituaram-se a isso muito rapidamente e não tem havido qualquer tipo de problema.

Portanto, nós também devemos usar os meios que hoje temos à nossa disposição, se eles implicam racionalização, melhores serviços, mais segurança e até diminuição de custos.

Neste sentido penso que o balanceamento entre aquilo que está aqui em questão tem sido correctamente feito pelos Serviços de Segurança Social.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

(*) **Deputado José Decq Mota** *(PCP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

A posição do Grupo Parlamentar do PCP sobre esta matéria está tomada, está assumida e está explicada.

Eu pedi para intervir apenas para colocar um problema de maior pormenor ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Para além do problema de funcionamento das Casas do Povo, como terminal dos Serviço da Segurança Social, há uma outra questão:

Em muitas Casas do Povo funcionam postos de saúde dos Centros de Saúde, com serviço de consulta regular em que os enfermeiros se deslocam em determinados dias, assim como os médicos também.

As Casas do Povo são instituições que sabemos como nasceram, mas não vamos dissertar sobre isso, sabe-se como funcionam e que papel desempenham.

Não havendo diminuição da presença dos serviços sociais na Casa do Povo, e eu conheço vários casos, que o Sr. Secretário também conhece, chega-se a uma situação em que se dá a ruptura, ou seja, o médico que atende naquele posto de saúde diz que não tem condições para fazer o atendimento, porque não tem o mínimo de apoio administrativo e aqui levanta-se a seguinte questão: a Direcção da Casa do Povo coloca o problema e a resposta que veio da Direcção Regional respectiva ou do Gabinete do Sr. Secretário é de que contratem uma pessoa, resolvam isso. A Direcção da Casa do Povo diz que está bem, mas como é que paga, porque não tem verba.

Portanto, estamos na eminência de num local ou noutro, nomeadamente nesta ilha do Faial e não só, de andar para trás em termos de prestação de cuidados primários de saúde de forma descentralizada, por uma questão que não é essencial.

Eu resolvi intervir neste ponto, embora o texto da Proposta de Resolução cubra isto, para apelar ao Sr. Secretário Regional que, de forma criteriosa e rigorosa, ponderasse estas questões e encontrasse solução para elas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) **Deputado Mark Marques** *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretário Regionais:

Eu falo na minha qualidade de deputado, mas não posso desassociar o facto de ser profissionalmente funcionário da Segurança Social, de em anos que já lá vão ter trabalhado numa Casa do Povo, que depois se passou a chamar Serviços de Freguesia, e hoje em dia, como é óbvio, acompanho a par e passo a actividade.

Em penso que a Sra. Deputado Andreia Cardoso, sem má intenção, como é óbvio, ao ler o relatório, na sequência duma audição ao Sr. Director Regional, quase que quis dizer que os serviços da Casa do Povo se resumiam a pagamento de pensões. Nada mais errado.

**Deputado Andreia Cardoso** *(PS):* A interpretação é sua.

**O Orador:** Uma Casa do Povo numa freguesia tem muitas funções. No caso concreto da ilha de S. Jorge, que é a que eu conheço melhor, das nove Casas do Povo, a grande maioria delas já estão a funcionar apenas dois dias por semana.

O Sr. Secretário falou que havia a nova forma de pagamento das pensões, ou seja, por transferência bancária. É verdade.

Também disse que muita gente pagava as suas contribuições pela Internet.

Penso que o Sr. Secretário quando diz que respeita a nossa realidade e a nossa descontinuidade, não tem, de facto, conhecimento da realidade das Casas do Povo nos nossos meios rurais.

Portanto, como disse o Sr. Deputado Decq Mota, as nossas Casas do Povo e no caso concreto da ilha de S. Jorge, muitas delas tem um gabinete médico onde o médico se desloca duas ou três vezes por semana, em função da Casa do Povo, tem um posto de enfermagem e tem uma outra coisa que tem a ver com o querermos ou não esvaziar as nossas freguesias, porque os idosos e não só – e eu já trabalhei numa Casa do Povo – têm a Casa do Povo como ponto de referência para saber como resolver este ou aquele problema. A Casa do Povo é o SOS, é o 112. Eles vão lá para saber como é isto ou aquilo e às vezes até perguntam: posso deixar aqui este papelinho para o senhor entregar ao prospector do banco que vai passar? Isso é próprio da nossa realidade.

No caso concreto da ilha de S. Jorge, sobretudo em Segurança Social, transfere-se tudo para a Coordenação de Ilha, nas Velas e para a Coordenação Concelhia, na Calheta e abandona-se o resto. Penso que nesta matéria não podemos ver isto apenas sob o ponto de vista economicista.

O Partido Socialista sempre usou muito o slogan "As pessoas primeiro".

Esta não é uma questão política, mas uma questão prática e falo com a experiência de que sou funcionário da Segurança Social, conheço a realidade e este é o sentimento das pessoas.

Eu até compreendo a questão de rentabilizar os funcionários e o Sr. Secretário pode perguntar-me: então se é funcionário da Segurança Social e conhece bem a realidade, é ou não verdade que de vez em quando o serviço

"aperta mais" na coordenação de Ilha e na coordenação concelhia? É verdade.

Mas será que a população tem que pagar esse custo? Eu penso que não.

Portanto, dos três pontos desta Proposta de Resolução, este foi aquele em que me sinto mais à vontade.

Ao que parece o Partido Socialista vai votar contra esta Proposta de Resolução.

Eu deixo aqui um apelo ao Sr. Secretário, para que numa das visitas a S. Jorge visite os Serviços de Segurança Social e se o Sr. Deputado António Gomes não os conhecer eu ofereço-me para lhe mostrar a realidade.

Muito obrigado.

**Deputado Lizuarte Machado** *(PS):* Pergunte ao Bagão Félix se concorda com isso!

**Deputado Mark Marques** *(PSD):* Estamos a discutir o Bagão Feliz? Eu não sou cãozinho de trela!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** *(Francisco Coelho):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas de Governo:

Sr. Deputado Mark Marques, eu conheço a nossa realidade e também comecei por dizer na minha intervenção que temos que encontrar aqui um justo balanceamento entre as características possíveis da nossa realidade, o carácter social que esta prestação de serviços deve ter e também, dentro daquilo que for possível, a eliminação de alguns desperdícios e um melhor aproveitamento dos recursos.

Sr. Deputado José Decq Mota, a questão que levanta é pertinente, embora não conste da Proposta de Resolução. Também podíamos falar nas muitas extensões que temos dos serviços de saúde.

Efectivamente, face àquilo que é neste momento a realidade das Casas do Povo, como entidades privadas que têm, através dum protocolo, um acordo de cooperação com o Governo que basicamente lhes coloca e paga dois funcionários, um que é propriamente funcionário público e o outro que é funcionário da Casa do Povo, encarregado de instalações, essa questão, ao nível da saúde, poderá eventualmente colocar-se e já se colocou num caso aqui na ilha do Faial e também nalgumas Casa do Povo da ilha de S. Miguel.

Essa questão está sendo pensada e aí terá que haver uma solução que enquadre e que resolva o problema no caso dos serviços de saúde funcionarem com a regularidade que devem funcionar e que deve ser determinada por outras razões que não a razão do funcionário da Segurança Social apenas.

Portanto, a questão é pertinente, poderá daqui resultar e já resultou, num ou noutro caso, que ela se ponha.

Isto deve ser e está a ser estudado no sentido de perceber o enquadramento, de perceber a dimensão que isso possa ter e de se estudar uma forma de, quando isto se colocar, podermos resolver estes casos.

**Presidente:** Srs. Deputados, não havendo mais ninguém inscrito para o debate, vamos passar à votação desta Proposta de Resolução, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi rejeitada com 22 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PP e 2 votos a favor do PCP.